

HABEAS CORPUS Nº 637.819 - RN (2020/0349716-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : LEANDRO DANTAS DE QUEIROZ
ADVOGADO : LEANDRO DANTAS DE QUEIROZ - RN010757
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : ALEXANDRE SIMAO SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE SIMAO SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada e foi denunciado como incurso nos artigos 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/06, c/c o art. 69 do Código Penal.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local, visando a expedição do contramandado de prisão.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja expedido o competente salvo-conduto ou contramandado prisional em favor do paciente, alegando para tanto a ofensa ao disposto no art. 312, § 2º, do CPP, a situação de risco decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19), em obediência à Recomendação n. 62/2020, do CNJ, a ausência de justa causa para decretação da medida extrema, bem como dos seus requisitos autorizadores.

Ademais, assevera ainda, a falta de demonstração de prova da existência do crime e indício suficiente de autoria, além da inexistência de perigo decorrente da liberdade do paciente.

Por fim, alega que a medida extrema decretada ofende o princípio da isonomia processual, em virtude do tratamento diferenciado dado aos réus.

Subsidiariamente, requer a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas ao cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente